

# RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A 9ª CONFERÊNCIA DA IOJT

ÁUREA MARIA BRASIL SANTOS PEREZ

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Diretora da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

MARCO BRUNO MIRANDA CLEMENTINO

Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Professor da Universidade Federal Rio Grande do Norte

Formador da ENFAM

## 1. INTRODUÇÃO

O presente texto tem o objetivo de apresentar um relato de experiência sobre a 9ª Conferência da International Organization for Judicial Training (IOJT), realizada entre os dias 23 e 26 de setembro de 2019, na Cidade do Cabo, África do Sul, precisamente no Cape Town International Convention Centre.

A IOJT consiste numa organização não-governamental, com sede em Nova York, Estados Unidos, congregando escolas judiciais e tribunais de todos os continentes, inclusive a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo por objetivos estatutários: i) o encorajamento da criação de escolas judiciais; ii) a promoção do estado de direito; iii) a identificação de elementos comuns na formação e educação judiciais; iv) o desenvolvimento de mecanismos para o intercâmbio de juízes.

Antes da última edição na Cidade do Cabo, oito conferências, com periodicidade quase sempre bienal, foram realizadas em Tel Aviv (2002), Ottawa (2005), Barcelona (2007), Sydney (2009), Bordeaux (2011), Washington-DC (2013), Recife (2015) e Manila (2017). Na edição anterior, foi aprovada a Declaração dos Princípios da Formação Judicial, cujo texto foi retomado na palestra de abertura do evento realizado na África do Sul, com a solicitação de tradução para várias idiomas e difusão em todo o mundo.

A delegação brasileira, nesta edição de 2019, foi bastante expressiva, com o destaque de que o maior número de palestras foi protagonizado justamente por brasileiros. Pela delegação da ENFAM, estiveram presentes:

- i) o Ministro do STJ Herman Benjamin (Diretor-Geral da ENFAM);

- ii) o Ministro do STJ Og Fernandes (Vice-Diretor da ENFAM);
- iii) a Juíza Federal Cíntia Brunetta (Secretária-Geral da ENFAM);
- iv) o Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira (Diretor da Escola da Magistratura Federal da 5ª Região);
- v) o Desembargador Federal José Marcos Lunardelli (Diretor da Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região);
- vi) a Desembargadora Áurea Brasil (Diretora da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais);
- vii) o Desembargador André Gustavo Andrade (Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro);
- viii) o Desembargador Jayme Weingartner Neto (Diretor da Escola Superior da Magistratura da AJURIS);
- ix) o Juiz Federal Marco Bruno Miranda (Coordenador do Curso de Iniciação à Magistratura do Tribunal Regional Federal da 5ª Região).

Além disso, fizeram-se presentes o Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Augusto César Leite de Carvalho e o Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, e o Ministro Almirante de Esquadra Carlos Augusto de Sousa, do Superior Tribunal Militar.

Neste texto, far-se-á inicialmente um breve resumo das atividades, com ênfase em alguns específicos painéis, para posteriormente se concluir com uma reflexão sobre a participação brasileira e o estágio de maturidade na formação judicial no Brasil.

## 2. RESUMO DAS ATIVIDADES:

Dia 23 de setembro

IOJT'S Judicial Training Principles: Building on the Foundation (Princípios do Treinamento Judicial):

Depois de realizada a cerimônia de abertura, a primeira sessão da conferência foi iniciada na sala *Ballroom East*, sob a presidência dos próprios palestrantes:

- i) Benoît Chamouard (Chefe do Departamento Internacional da Escola Nacional de Magistratura Francesa e membro do Conselho Executivo da IOJT);
- ii) Leonel González Postigo (Diretor de Treinamento do Centro de Estudos da Justiça das Américas (JSCA) e Vice-Presidente Regional da América do Sul da IOJT);
- iii) Wojciech Postulski (Secretário Geral da Rede Europeia de Formação Judiciária (EJTN) em Bruxelas e Vice-Presidente Regional da Europa da IOJT).

O espaço foi destinado à análise dos benefícios e efeitos experimentados desde a adoção, por unanimidade, da Declaração dos Princípios da Formação Judicial pela Assembleia Geral da IOJT, em 8 de novembro de 2017. O documento, primeiro com esse viés em âmbito global, buscou instituir uma base comum que pudesse guiar as instituições de formação judicial em todo o mundo, independentemente da diversidade de sistemas jurídicos. A sessão contou com a utilização de ferramentas interativas para fazer um balanço das ações realizadas pela IOJT nos últimos dois anos e possibilitou a discussão, com o público, das futuras ações a serem adotadas com o objetivo de disseminar e fortalecer os princípios instituídos na declaração.

#### Sessão 1.2

Logo em seguida à conferência de abertura, foi proferida a palestra “Faculty Development: Building the Capacity of the Judicial Institute and Individual Faculty Members” (Aprimoramento de aptidões: Aperfeiçoamento dos Institutos de Capacitação Judicial e de seus Funcionários). Participaram do painel o Ivor Archie (Trinidade e Tobago) e John Meeks (Estados Unidos). Os palestrantes abordaram os principais componentes para o desenvolvimento de um programa de aperfeiçoamento da formação judicial, partindo da premissa de que a independência do Poder Judiciário exige a oferta de uma educação continuada daqueles envolvidos na prestação jurisdicional.

Ressaltou-se, nesse painel, a importância da utilização de experiências empíricas, pesquisas, programas de mentoria e monitoramento das atividades desenvolvidas pelo corpo docente de formadores, com vistas a revisar o conteúdo e métodos dos programas. Os oradores pontuaram, ainda, a extrema importância de uma adequada seleção dos formadores que atuarão na educação judicial.

Nesse diapasão, alertaram para o fato de que nem sempre os *experts* nas matérias jurídicas e profissionais mais renomados constituem bons professores. Destacaram a necessidade de os formadores estarem cientes das atualizações mais recentes de suas respectivas áreas, de terem conhecimento sobre o público-alvo para o qual estão lecionando e os objetivos institucionais. Além disso, os professores envolvidos na formação judicial devem manter e promover a integridade da instituição.

Acerca dos desafios para o aprimoramento dos programas de formação, foi mencionada a dificuldade logística e financeira das grandes instituições, sobretudo diante da impossibilidade de reunir todas as pessoas envolvidas na prestação jurisdicional em um mesmo lugar. Os palestrantes também expuseram que, por vezes, são questionados acerca do uso do tempo de magistrados para atividades que não a

judicante, a exemplo da formação judicial. Por fim, foram apresentadas, de forma breve, ferramentas *online* de *e-learning* que estão disponíveis sem custo e podem ser utilizadas para o planejamento de cursos e aferição da efetividade das ações educacionais realizadas.

#### Sessão 2.1

No início da tarde, no *Ballroom East*, foi realizada sessão intitulada “*Innovative Teaching Methods: Judicial Writing to Promote Better Courts in Ukraine and Inter-professional Training in France*” (Métodos Educacionais Inovadores: redação jurídica para promover a melhora nos Tribunais na Ucrânia e o treinamento interprofissional na França).

Em sua palestra, o Diretor da Escola Nacional da Magistratura Francesa, Olivier Leurent, esclareceu, primeiramente, que a formação dos juízes na França é implementada em nível preliminar e nível avançado. Em seguida, ressaltou a importância da formação de juízes em conjunto com profissionais dos mais diversos setores relacionados com a administração da justiça, a exemplo de promotores, advogados, notários, assistentes sociais, contadores, policiais, oficiais do exército, dentre outros.

Segundo ele, a formação interprofissional, considerada por muitos países como sinônimo de violação de independência e neutralidade, é um meio de formação enriquecedor que possibilita uma compreensão completa dos fatores que antecedem e sucedem a atuação judicial, e permite ao magistrado vislumbrar o modo de implementação das decisões por ele proferidas.

Destacou que não existe propriamente uma definição de *interprofissionalismo*: busca-se, na essência, que todos os integrantes do sistema judicial trabalhem em conjunto, visando alcançar uma cultura comum para todos os atores do sistema judicial, que devem seguir as mesmas regras, com a promoção de um intercâmbio de informações e, ao mesmo tempo, uma formação comum.

O palestrante apresentou como exemplo o trabalho integrado que é realizado para o combate ao terrorismo na França, já que a Escola Nacional da Magistratura Francesa promove a capacitação até da imprensa. A partir da experiência francesa, *Leurent* indicou os pontos positivos e as deficiências da formação interprofissional de juízes, apontando como desafios:

i) eficiência e impacto na formação de pessoas de diversas culturas, com perspectivas diferentes, concluindo que tem se alcançado uma formação mais aprofundada, com conteúdo muito rico, que abrange todas as áreas;

ii) independência do Judiciário, diante do recorrente questionamento de que a formação da magistratura com outros profissionais pode interferir na imparcialidade dos juízes.

Terminou concluindo que, diversamente, a Escola Nacional de Magistratura Francesa enxerga a formação interprofissional como oportunidade para fortalecer a independência dos juízes, pois lhes propicia uma visão mais abrangente, beneficiando o trabalho judicial.

Na mesma sessão, os palestrantes Vsevolod Kniaziev, Juiz e Secretário da Grande Câmara da Suprema Corte da Ucrânia, e Ivan Mishchenko, Juiz da Suprema Corte do Tribunal de Cassação Comercial, apresentaram o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Suprema Corte da Ucrânia, com apoio do Canadá, para superar os problemas de ausência de uniformidade das decisões judiciais e de insegurança jurídica enfrentados no país, como forma garantir a confiabilidade do público no Judiciário.

Foi destacado pelos expositores que o projeto, em sua primeira fase, conta com a participação de especialistas canadenses aptos a auxiliar juízes ucranianos que, em seguida, funcionarão como formadores em curso de redação jurídica desenvolvido e adaptado ao contexto do país, considerando que apenas juízes são formadores de juízes na Ucrânia.

Destacou-se que a expectativa é de que o curso seja ministrado a todos os magistrados da Suprema Corte e demais tribunais ucranianos, com a produção de decisões bem fundamentadas, compreensíveis aos cidadãos e que possam servir de precedentes garantidores da esperada uniformidade. Foi apresentada, ainda, a metodologia do curso, inspirada em método canadense, com ênfase nos seguintes pontos:

i) as habilidades que nele serão destacadas e tidas como imprescindíveis;

ii) o papel dos formadores e construtores do curso no âmbito da Ucrânia;

iii) os materiais que serão produzidos a fim de repassar o conhecimento necessário a uma boa redação de decisões;

iv) o cronograma, com a expectativa de que o curso, comece a ser ministrado a juízes da Suprema Corte, com auxílio dos profissionais canadenses, em janeiro de 2020.

Sessão 3.1

Mais adiante, na mesma tarde, foi exibido o painel “Role of Governance” (Regras de Governança). Rainer Hornung-Jost (Alemanha) fez uma exposição acerca das estruturas enxutas e eficientes da *German Judicial Academy*. Informou que, na Alemanha, o recrutamento é feito pelo Estado, mas a responsabilidade pela formação de todos os juízes e promotores públicos toca à Academia Judicial da Alemanha, instituição administrada e financiada em conjunto pela federação e pelos estados federados.

A presidência da Academia é exercida por um de seus conselheiros – ocupantes de cargo judicial indicados por cada um dos 16 estados federais –, por um mandato de geralmente três anos. A indicação à presidência da Academia Judiciária é feita pelos próprios conselheiros. Anualmente, cerca de 4.500 juízes e promotores participam de seminários realizados pela Academia, que presta significativa contribuição para a manutenção da unidade da lei no estado constitucional federal. É facultada a todos os participantes, assim como aos conselheiros, a oportunidade de sugerir tópicos novos a serem trabalhados na formação judicial a cada ano, pela Academia.

O orçamento da Academia é de cerca de 6 milhões de dólares norte-americanos, havendo total transparência quanto à sua administração, através da publicação das despesas. A formação judicial promovida pela Academia da Alemanha alcança alto grau de eficiência e efetividade: 92% dos postos colocados à disposição são ocupados, e a taxa de participação integral nos cursos de formação é de cerca de 91%, o que demonstra o grande interesse dos participantes. A Academia Judicial da Alemanha tem um juiz canadense como um dos formadores da instituição.

Além disso, o palestrante coletou ideias dos demais participantes e os convidou a apresentar os métodos de seus países, buscando o aprimoramento de sua formação judicial.

Amady Ba (Senegal) fez um sumário dos seus 15 anos de experiência nacional, regional e internacional na gestão e administração de programas de formação judicial, tanto inicial quanto continuada, pontuando que o sucesso do treinamento judicial é a chave para a transformação do Poder Judiciário e que esse sucesso só será atingido mediante uma gestão administrativa, pedagógica e financeira de extrema qualidade.

Leonel González Postigo (Argentina), Diretor da área de capacitação do Centro de Estudos de Justiça das Américas, vinculado à OEA, abordou o papel do Poder Judiciário no processo de reforma jurídica que ocorreu na América Latina nas últimas décadas, destacando que, em um nível empírico, os tribunais latino-americanos ainda

encaram o desafio de fortalecer os princípios que guiaram e serviram de suporte ideológico para os processos de redemocratização que ocorreram no começo dos anos 1980. Ressaltou a importância da independência do Poder Judiciário como um valor histórico, discorrendo ainda sobre a necessidade de um planejamento para garantir a eficiência do Judiciário. Para que o Judiciário seja efetivamente independente, deve ser fortalecido o papel da formação de seus integrantes.

Mykola Onishchuk, Reitor da Escola Nacional de Juízes da Ucrânia, tratou sobre a evolução da formação judicial na Ucrânia, o que só foi possível mediante a implementação de medidas administrativas e organizacionais que permitiram o desenvolvimento da instituição, pontuando que a base da doutrina educacional daquele país é a compreensão do papel fundamental dos juízes no estado de direito, mediante a proteção dos direitos e liberdades. Ele mencionou que a base da abordagem da formação judicial na Ucrânia é o desenvolvimento das habilidades judicantes e da consciência dos magistrados.

Franqueada a palavra aos participantes, a Juíza Elisa Samuel, Diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique, ressaltou que, em seu país, o acesso à Magistratura e ao Ministério Público passa pela aprovação em concurso público para ingresso no curso de formação inicial, o qual tem a duração de um ano. Findo o curso, os participantes escolhem se serão juízes ou procuradores. Esclareceu que, no início da carreira, os magistrados são denominados Juiz de Direito D, obtendo promoções para chegar aos níveis C, B e A, para as quais passam por formação e avaliação.

Por sua vez, a Desembargadora Áurea Brasil, Diretora da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, esclareceu que, no Brasil, o acesso ao cargo de Juiz de Direito, em primeiro grau, se dá através de rigoroso concurso público, composto por diversas fases. Os juízes que ingressam na carreira do Estado de Minas Gerais, ao serem empossados, submetem-se a um curso de formação inicial que tem duração de três meses, havendo exigência, pela ENFAM, de carga horária mínima de 480 horas-aula.

Relatou ainda que o curso de formação judicial é voltado não apenas para o conhecimento técnico-jurídico, mas também à formação humanística e ética dos magistrados e que, após sua conclusão, os juízes são designados para comarcas do interior do Estado, sendo acompanhados, durante os dois primeiros anos da carreira,

pela Escola Judicial, cuja Diretora é a responsável por relatar o processo de vitaliciamento dos novos juízes.

Destacou que o Estado de Minas Gerais tem vasta extensão territorial – equivalente ao território da França – e diversidade cultural, contando com 1.083 magistrados. Narrou também que, além dos cursos de formação inicial e continuada ministrados para os magistrados em conjunto, no formato à distância, no formato presencial ou misto, a Escola conta também com cursos de formação de formadores.

Dentre os cursos de formação de formadores, enfatizou o de capacitação de Juízes Orientadores de Vitaliciamento, que são destacados pela Escola Judicial para acompanhar individualmente o novo juiz no biênio em que é avaliado para fins de confirmação no cargo. Nesse período de dois anos, o Juiz Orientador, como formador da Escola Judicial, recebe e avalia mensalmente sentenças do novo magistrado, atas e pauta de audiências, bem como produz relatórios trimestrais do trabalho que é feito, com o acompanhamento da Escola, tudo constante em portfólio e sistema eletrônico de acompanhamento de magistrados em vitaliciamento. Trata-se de acompanhamento bienal, de uma formação inicial individualizada, mas com roteiro de campo e planejamento de ações a serem realizadas pelos Juízes Orientadores com vistas ao desenvolvimento das competências técnicas, humanísticas e sociais previamente identificadas e estabelecidas como necessárias à boa consecução da função judicante, com espaço para reuniões em que possam ser oferecidos feedbacks e redirecionamento de ações que estimulem a superação de lacunas de competências e outras dificuldades enfrentadas.

Amady Ba, do Senegal, informou que, em seu país, o curso inicial ministrado aos magistrados tem duração de 8 meses. Esclareceu que recebe fundos de parceria e cooperação da iniciativa privada, da Bélgica e do Canadá, sendo que, no caso destes dois países, especificamente para formação de magistrados no âmbito da violência de gênero.

Dia 24 de setembro

Sessão 4.2

A sessão iniciou-se às 10 horas, com a temática “*Social Media and the Judiciary*” (Redes Sociais e o Judiciário), contando com palestras do Ministro do STJ Og Fernandes, do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e Diretor da EMERJ, André Gustavo Corrêa de Andrade, e de Cagney John Musi, do Presidente do Tribunal Superior da África do Sul. O magistrado africano enfatizou a



importância das mídias sociais e o seu impacto no direito material, processual e na ética judicial. Destacou, ainda, a necessidade de atualização do treinamento judicial aos novos tempos, em face do aumento exponencial das plataformas de mídia social.

O Desembargador brasileiro, por sua vez, salientou como o progresso tecnológico, o aumento da velocidade da comunicação e o crescente acesso à internet facilitou o exercício da liberdade de expressão, a troca de ideias, experiências e conhecimento. Afirmou, no entanto, que esse progresso e a criação de mídias sociais também trouxeram problemas, os quais podem ser enfrentados com a imposição de medidas sancionatórias pelo Poder Judiciário. Sustentou a importância de as Escolas Judiciais abordarem o tema quando da capacitação de juízes a fim de que estejam preparados para enfrentar casos que envolvem a proteção de direitos individuais e coletivos, bem como a responsabilidade civil e criminal dos usuários de redes sociais e dos prestadores de serviço.

O Ministro Og Fernandes, por fim, apresentou os aspectos positivos das experiências da ENFAM na educação de juízes sobre o uso das mídias sociais e, ainda, compartilhou as dificuldades enfrentadas pela instituição no exercício dessa função.

Sessão 5.2

Na mesma manhã, houve a exposição do painel “Evaluation and Performance” (Avaliação e Desempenho). Frank Cornelissen (Holanda), Professor da Universidade de Amsterdam, e Remco van Tooren, Vice-Presidente do Centro de Formação Judicial da Holanda, falaram a respeito da importância de promover uma cultura de valorização do aprendizado no Poder Judiciário. Os palestrantes apresentaram um modelo científico e uma ferramenta baseada em recentes pesquisas que demonstram o impacto positivo da formação judicial na prática forense.

Já Otilia Pacurari (Romênia), educadora do Instituto Nacional da Magistratura da Romênia, abordou as preocupações com o processo de aplicação do conhecimento, sobretudo diante da implementação de programas internacionais de formação. Na ótica da palestrante, atualmente, são realizados vários programas internacionais de formação, mas o retorno do investimento para as instituições ainda é um desafio. Por isso, sugere que o modelo de formação deveria ser voltado tanto para o aprendizado quanto para a aplicação deste nas mais diversas áreas do Judiciário. A palestrante também suscitou questões críticas acerca dos desafios da aplicação do conhecimento.

Dia 25 de setembro

Sessão 6.1

A sessão 6.1 iniciou-se às 10h45min no *Ballroom East* com a temática “*Artificial Intelligence and the Judiciary*” (Inteligência Artificial e o Judiciário). A sessão teve como palestrantes Karen Eltis, Professora de Direito da Universidade de Ottawa, Willem Gravett, Professor do Departamento de Direito Processual da Universidade de Pretória, África do Sul, e o Juiz Brian Spilg, Presidente do Comitê de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior de Joanesburgo.

Os palestrantes discorreram sobre os impactos e desafios trazidos pela inteligência artificial às instituições jurídicas e ao julgamento. Karen Eltis destacou a importância de se alcançar um equilíbrio entre as vantagens da tecnologia e suas limitações, tendo em vista a impossibilidade de os algoritmos digitais, muitas vezes, substituírem a tomada de decisão do homem sem o comprometimento dos direitos fundamentais. Willen Gravett, de igual modo, examinou preocupações decorrentes do desenvolvimento da inteligência artificial, notadamente nas áreas de privacidade, autonomia, vigilância estatal e transparência.

#### Sessão 7.1

No período da tarde, foi realizada a sessão sobre “Ethics and Judicial Training” (Ética e capacitação judicial). O Juiz Syed Mansoor Ali Shah, da Suprema Corte do Paquistão, iniciou sua exposição explicando que, antigamente, acreditava-se que a formação judicial e o próprio magistrado deveriam voltar seus olhos apenas para o direito. Mas, atualmente, a educação judicial deve desfazer isso, para que o juiz seja imparcial, independente e consciente dos problemas que o cercam. Defendeu também que é importante que o juiz tenha uma atmosfera ideal para o crescimento intelectual e para a reflexão, inclusive com a troca de experiências com colegas. Por essa razão, as escolas judiciais são importantes, por permitirem a interação entre magistrados e o aprimoramento intelectual.

O magistrado também falou sobre a dificuldade de incentivar os juízes paquistaneses a participarem de cursos de formação e aprimoramento judicial. Mencionou que o ambiente de uma sala de aula é muito diferente dos fóruns, o que provoca desinteresse no processo de aprendizado. Além disso, tratou como desafio o fato de as escolas serem vinculadas à Suprema Corte e aos Tribunais Superiores, nos quais, constantemente, há troca dos gestores, o que gera um problema de descontinuidade dos programas iniciados por um gestor e que são interrompidos pelo administrador seguinte.

O magistrado também mencionou que a existência de várias escolas judiciais que atuam separadamente dificulta o processo de aprendizado, pois frequentemente não há interação e cooperação entre elas. Além disso, cada uma possui uma política institucional diferente. Esse quadro demonstra a necessidade de existir uma escola nacional de magistratura, que coordene de forma coesa o treinamento judicial no Paquistão.

O Ministro Antônio Herman Benjamin, do STJ e Diretor-Geral da ENFAM, tratou do papel das escolas judiciais como agentes de transformação, sobretudo no fortalecimento e no ensino da ética. O ministro pontuou que a ética é requisito essencial para a legitimidade e credibilidade do Judiciário como uma instituição e, também, para o estado de direito. Em razão disso, o ensino da ética deve ser responsabilidade das escolas judiciais que, de forma prioritária, devem tratar do tema na educação de magistrados. O ministro falou, ainda, das ferramentas de treinamento disponíveis, como o *e-learning*, e da necessidade de adaptá-las para utilização no âmbito nacional.

Por sua vez, Tatiana Balisova, Oficial de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal no Escritório das Nações Unidas sobre Drogas no Crime (UNODC), apresentou um pacote de formação judicial (Judicial Ethics Training Package) desenvolvido pela UNODC com vistas ao fortalecimento do treinamento judicial e da ética na atividade judicante. A ferramenta foi desenvolvida com base nos *Princípios de Bangalore de Conduta Judicial* e nos aspectos necessários para a implementação do art. 11 da *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção*. Segundo ela, o pacote é adaptável para diferentes jurisdições e pretende proporcionar ao magistrado uma profunda compreensão acerca dos Princípios de Bangalore, sua relevância e aplicação no trabalho e na vida de um juiz. A ferramenta foi apresentada em três modalidades: uma plataforma *e-learning* interativa com três módulos abordando questões de ética judicial; um “self-directed course”, que consiste em um texto-base no formato PDF para aqueles que não conseguem terminar a modalidade *e-learning*; um manual de treinamento, para que os formadores possam desenvolver os próprios cursos de acordo com as circunstâncias de suas jurisdições.

#### Sessão 8.1

No âmbito da sessão 8.1, ocorrida no dia 25 de setembro às 15h30min, no *Ballroom East*, foi explorado o tema “*Judicial Wellness*” (Bem-Estar Judicial). Em exposição realizada Sheridan Greenland, Diretora Executiva do *Judicial College* do Reino Unido, a palestrante apresentou um programa desenvolvido pela Escola com a

finalidade de orientar os juízes a gerenciar o estresse e criar resiliência, tendo como uma das abordagens sugeridas a meditação. Na apresentação, foram destacados os efeitos positivos da prática de “*mindfulness*” para a atuação judicial, tendo em vista a possibilidade de se atingir um nível de concentração plena e de se aprimorar a capacidade de racionalizar, deixando de lado experiências do passado e crenças antigas.

O Juiz Federal brasileiro Marco Bruno Miranda Clementino, formador da ENFAM, discorreu sobre estratégias didáticas desenvolvidas no Curso de Iniciação à Magistratura do Tribunal Regional Federal da 5ª Região para criar habilidades de empatia, liderança, inovação e comunicação entre Juízes Federais em sua formação inicial, com ênfase em metodologias ativas e sob constante preocupação com o contexto de desigualdade verificado na realidade brasileira, em particular na Região Nordeste.

Nessa apresentação, o magistrado apresentou seis Hubs de formação (o da inovação, o da tecnologia, o da comunicação, o da empatia, o do comportamento e o da liderança e da gestão), com o objetivo de capacitar o juiz para exercer uma jurisdição criativa e sustentável, com reforço das habilidades de comunicação, a fim de facilitar a cooperação judicial e a promoção do acesso à justiça.

Entre as metodologias propostas, destacam-se o uso de redes sociais na formação, de estratégias de gamificação e atividades lúdicas, da capacitação em metodologias inovadoras – a exemplo do design thinking – e a realização de feiras institucionais e tecnológicas.

Por fim, Annabel Mornement, Diretora de Educação do *Judicial College* da Província de Victoria, Austrália, e Sally Ryan, Consultora Judicial para o Bem-Estar na mesma instituição, trouxeram em sua exposição uma visão geral dos resultados de pesquisas promovidas com o intuito de entender a natureza e a gravidade do estresse relacionado ao trabalho judicial e, ainda, descreveram as intervenções de bem-estar lá implementadas.

Dia 26 de setembro

Sessão 9.3

No dia 26 de setembro pela manhã, foi apresentado o painel “Judicial Training and Human Rights/LGBTQ” (Treinamento Judicial e os Direitos Humanos: LGBTQ), com a participação do Juiz M.M. Mabesele (África do Sul), a Juíza Annah Mathiba (Botswana) e o Juiz Muhammad Amir Munir (Paquistão).

Os palestrantes falaram sobre os fatores que devem ser considerados na análise de provas envolvendo casos de homossexuais que chegam aos tribunais desassistidos,

em busca de seus direitos constitucionais. Devem ser considerados os sentimentos de inquietação e humilhação experimentados pelos homossexuais quando apresentam seus casos perante a corte. Na ótica dos palestrantes, a causa desses sentimentos é a falta de disposição da sociedade em reconhecer, de forma plena, o status e os direitos constitucionais dos LGBTQs, cenário que provoca um sentimento de exclusão nas pessoas. Para os oradores, a compreensão dos juízes e demais envolvidos na administração da justiça acerca das dificuldades enfrentadas por esse grupo social pode ajudá-los a enfrentar casos envolvendo direitos LGBTQ, bem como auxiliar as pessoas, quando necessário, na apresentação de seus casos.

#### Encerramento

No encerramento da conferência, palestraram Sheridan Greenland (Reino Unido), Adèle Kent (Canadá), Eun-Sil Kim (Coreia do Sul), Robin Knowles (Reino Unido) e Danielle May-Cuconato (Canadá). O tema abordado foi “Working Together for the Rule of Law: Practical Partnerships Across Borders for Strategic and Sustainable Judicial Training” (Trabalhando Juntos pelo Estado de Direito – Parcerias Sem Fronteiras para a Sustentabilidade Estratégica da Capacitação Judicial).

### 3. PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Como já referido, a participação brasileira no evento foi bastante intensa, com o maior número de palestrantes entre todos os países. As abordagens, em sua maioria, levaram em consideração as particularidades do contexto judicial e social brasileiros, com ênfase em práticas muito específicas da experiência brasileira, as quais despertaram especial interesse aos participantes sul-africanos, cuja realidade de desigualdade social acentuada se assemelha bastante à vivenciada pelos magistrados do Brasil.

Ficou evidente que a experiência brasileira impressionou bastante quanto ao emprego de tecnologia na atividade judicial, ao uso de metodologias inovadoras e à preocupação com a própria formação do juiz sob a premissa da inovação, às habilidades de comunicação do juiz brasileiro e à utilização de redes sociais, ao desenvolvimento da empatia como aptidão necessária à atividade judicial, à formação para julgamento de questões ambientais, assim como às metodologias de formação do magistrado para exercer a jurisdição num ambiente de desigualdade socioeconômica.

Com efeito, o Ministro do STJ Herman Benjamin, Diretor-Geral da ENFAM, participou em dois painéis. No primeiro, fez uma reflexão sobre a formação de juízes na área ambiental e sobre o estabelecimento de órgãos especializados no sistema judiciário

para apreciação de ações sobre a matéria; no segundo, desenvolveu uma profunda reflexão sobre os pressupostos para uma formação ética do magistrado.

O Ministro do STJ Og Fernandes, Vice-Diretor da ENFAM, dividiu painel com o Desembargador André Gustavo Andrade, Diretor da EMERJ, com ênfase no tema da liberdade da expressão. O primeiro apresentou a estratégia pedagógica de formação da ENFAM quanto ao uso de redes sociais por juízes, com ênfase nos aspectos éticos envolvidos, enquanto o segundo apresentou elementos para formação teórica dos juízes em matéria de liberdade de expressão.

Participaram do mesmo painel o Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, o Desembargador Federal José Marcos Lunardelli e a Juíza Federal Cíntia Brunetta. O primeiro apresentou os elementos para formação teórica do juiz no tema do direito ao esquecimento e sua evolução jurisprudencial no Brasil; o segundo fez uma abordagem interessante sobre a relevância da pesquisa empírica nas escolas judiciais; a terceira, por fim, apresentou um panorama quanto ao emprego da tecnologia da informação no Poder Judiciário brasileiro, inclusive de robôs de automação da atividade judicial e uso de inteligência artificial, com a descrição das estratégias de formação nessa área pela ENFAM e as escolas vinculadas.

O Desembargador Jayme Weingartner Neto, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, apresentou um projeto da Escola da AJURIS para implementação de uma Residência Judicial. O Juiz Federal Marco Bruno Miranda, por sua vez, participou, em dois painéis, com duas apresentações: na primeira, fez uma abordagem sobre as estratégias pedagógicas empregadas no curso de formação inicial do TRF5 para apresentar ao juiz a realidade de desigualdade socioeconômica do Brasil e da Região Nordeste, assim como as técnicas para promoção de uma jurisdição democrática e eficiente nesse contexto; na segunda, apresentou as estratégias para desenvolvimento de competências de inovação, comunicação, criatividade, empatia, gestão e liderança, além da formação em tecnologia da informação e em análise comportamental.

Ainda, os representantes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Augusto César Leite de Carvalho e Juiz do Trabalho Giovanni Olsson, abordaram temas como a inserção social do magistrado e o impacto da tecnologia na formação judicial. Por fim, o doutorando Marcelo de Castro Cunha Filho fez uma apresentação sobre moedas virtuais.

Além de numerosa, a participação brasileira teve significativa repercussão, despertando interesse em várias delegações, a ponto de ter sido mencionada na palestra de encerramento e de pelo menos uma delegação, a ucraniana, ter afirmado que as iniciativas apresentadas são as mais avançadas do mundo. Outro feedback importante veio de um representante de Singapura, impressionado com o avanço do Poder Judiciário brasileiro na busca por novas tecnologias.

#### 4. CONCLUSÃO

Para além da necessária atualização dos formadores judiciais de todos os cantos do mundo, a conferência propiciou aos participantes brasileiros um relevante feedback sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido nas escolas judiciais. Confirmaram-se a nítida evolução da formação judicial no Brasil nos últimos anos, assim como os avanços aqui verificados no emprego de inovação e tecnologia na atividade judicial.

Predominaram na conferência os temas relativos ao uso da tecnologia na atividade judicial, à governança do sistema de formação judicial, assim como à construção de diretrizes curriculares que contemplem o cotidiano da prática judicial.

O Brasil, numa perspectiva comparada, revelou manter uma sólida política de formação judicial, preocupada com a constante atualização das diretrizes pedagógicas e curriculares, atento à complexidade socio regional e à diversidade cultural que são traços marcantes da realidade brasileira.